

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

**Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura
e Sociedade (CPDA)**



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

Área Temática: Desenvolvimento Territorial e Sustentabilidade

Período de Análise: 01/08/2014 a 31/08/2014

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Carta Capital

Estagiária: Yohanan Barros

Índice

Comunidade quilombola comemora posse de terra na Bahia. Mariana Sacramento – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 01/08/2014	4
Governo amplia assistência técnica para agroecologia no País – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 05/08/2014	4
Comissão avalia ações do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 05/08/2014	5
MMA faz esforço concentrado para regularizar assentamentos no CAR. Lucas Tolentino – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 06/08/2014.....	6
Incra fará Cadastro Ambiental Rural territórios quilombolas – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 07/08/2014.....	7
Projetos pretendem implantar práticas agroecológicas em assentamentos do RJ – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 07/08/2014	8
Incra incluirá territórios quilombolas no Cadastro Ambiental Rural. Gabriella Bontempo – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 07/08/2014.....	9
MDA promove capacitação para transição a produção agroecológica – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 08/08/2014.....	10
Produtores comercializam alimentos orgânicos no Lago Sul, em Brasília – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 08/08/2014.....	11
Nosso modelo econômico está em guerra com a vida na Terra. Jon Queally – Site da Agência Carta Maior, Meio Ambiente. 11/08/2014	12
Dia Nacional da Agroecologia será comemorado em outubro – Site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). 11/08/2014.....	13
Organics Brasil fecha semestre com US\$ 52 milhões em negócios. Bettina Barros – Valor Econômico, Agronegócios. 12/08/2014	14
Brasil deve regularizar 5 milhões de propriedades – Site da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Meio Ambiente. 12/08/2014	14
Equilíbrio entre produção de alimentos e conservação ambiental. Verônica Tozzi – Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). 18/08/2014.....	15
Encontro debate agenda do desenvolvimento territorial no Paraná – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 19/08/2014.....	16
Acordo com BNDES vai priorizar baixa emissão de carbono na agricultura – Site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). 20/08/2014	17
MMA capacita tutores para Agricultura Familiar. Tinna Oliveira – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 20/08/2014	17
Lenha ecológica ajuda a combater desertificação da caatinga. Marina de Lima Cardoso – O Estado de São Paulo, Sustentabilidade. 22/08/2014	19

Política para povos e comunidades é discutida em Curitiba – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 25/08/2014	20
CONTAG entregará à Dilma 13 diretrizes para avançar no desenvolvimento rural. Verônica Tozzi – Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). 27/08/2014.....	20
Conselho Agropecuário do Sul define ações relevantes para a agricultura sustentável – Site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). 27/08/2014.....	21
Ministra sinaliza mudança na visão global de sustentabilidade – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 28/08/2014	22
Desafios e oportunidades da produção e consumo são tema de debate. Rafaela Ribeiro e Tinna Oliveira – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 28/08/2014	23
‘É preciso migrar para a economia baseada na biomassa’. Glaucia Souza – O Estado de São Paulo, Sustentabilidade. 29/08/2014.....	24
Plantio de árvores em clareiras promove regeneração de florestas em áreas de reserva legal. Lucas Mazzei – Site da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Meio Ambiente. 29/08/2014.....	26
Informações técnicas para subsidiar aprimoramento do Código Florestal – Site da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). 29/08/2014	27
Pacto Xingu forma 24 alunos para combater desmatamento. Letícia Verdi e Marta Moraes – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 29/08/2014	28
Alertas de desmatamento tiveram aumento de 9% até agosto – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 29/08/2014	29

Comunidade quilombola comemora posse de terra na Bahia. Mariana Sacramento – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 01/08/2014

A comunidade do Território Quilombola SalaminaPutumuju, situado no município de Maragogipe, no Recôncavo baiano comemora, neste sábado (02), às 9h30, a posse de um imóvel de 1,4 mil hectares. O ato representa uma vitória para as famílias e para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), que desde 2005 se empenha para transferir a posse da área à comunidade. Os ministros do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Luiza Bairros, o governador da Bahia, Jaques Wagner, e o presidente do Incra, Carlos Guedes, participam da comemoração.

A incorporação dessa área, a terceira desapropriada pelo Incra, soma 1,7 mil hectares de terras obtidas, o que corresponde a 84% do total do SalaminaPutumuju. O Incra na Bahia está finalizando o processo de desapropriação de outras quatro propriedades para englobar toda a área. A obtenção dos imóveis é a última fase antes da titulação comunitária do território.

Atualmente, cerca de 40 famílias vivem no SalaminaPutumuju. Elas cultivam mandioca, milho e feijão e se dedicam à pesca. A história desse território tem origem no século XVI com o cultivo da cana-de-açúcar, que se baseou na exploração da mão de obra escrava. A comunidade quilombola se formou em uma área de 2.061 hectares, onde estão as sete fazendas que o Incra vem destinando à comunidade.

Maragogipe

Além do SalaminaPutumuju, há outras três comunidades quilombolas no município de Maragogipe com processo em andamento no Incra para a regularização fundiária dos territórios. A ação beneficiará 100 famílias de remanescentes de quilombos.

As áreas são a Buri, que está em fase de elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), e as comunidades Enseada do Paraguaçu e Dendê, que já possuem processos abertos pelo Instituto.

Serviço

Imissão na posse da Fazenda Salamina

Dia: 02 de agosto (sábado)

Horário: 9h30

Local: Fazenda Salamina, município de Maragogipe – a 130 quilômetros de Salvador (BA).

Governo amplia assistência técnica para agroecologia no País – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 05/08/2014

Cerca de 24 mil agricultores familiares do País estarão recebendo, nos próximos meses, Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) para desenvolverem sistemas agroecológicos. Ou seja, para produzirem integrados com a natureza, com baixo

impacto ambiental, sem uso de agrotóxicos e fertilizantes. A Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SAF/MDA) assinou, somente no último mês, 17 contratos nos estados do Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Minas Gerais, Ceará, Pernambuco, Mato Grosso, Acre, Paraíba e Rondônia.

A última assinatura foi no Paraná, durante a apresentação do Plano Safra da Agricultura Familiar 2014/2015. Quatro contratos, no valor total de R\$ 11,6 milhões, beneficiarão 2,5 mil agricultores familiares de 89 municípios. E, nos próximos meses, novos contratos serão firmados em 18 estados. "Todos os agricultores e agricultoras do País que quiserem migrar para sistemas agroecológicos terão um técnico capacitado para atendê-los", afirmou o ministro Miguel Rossetto.

Até o final de 2015, pelo menos 200 mil famílias de agricultores serão atendidas no Brasil em ação prevista no Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo), construída pela sociedade civil e o Governo Federal.

Ater agroecologia no país

Atualmente o serviço de Ater para agroecologia está disponível a 8.050 agricultores familiares, nos estados da Bahia, Rondônia, Ceará, Pernambuco, Piauí e Mato Grosso;

Os contratos assinados em julho no Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Minas Gerais, Ceará, Pernambuco, Mato Grosso, Acre, Paraíba e Rondônia incluíram 10.250 agricultores, que começarão a receber atendimento nos próximos meses;

Está em fase de seleção a chamada pública que selecionará entidades de Ater que farão a transição para sistemas agroecológicos em 18 estados: Acre, Bahia, Ceará, Goiás, Maranhão, Pará, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Sergipe, Tocantins, Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais.

O resultado beneficiará 23.760 agricultores.

Comissão avalia ações do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 05/08/2014

A Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO) se reúne para discutir e acompanhar as atividades do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo), nesta quinta (7) e sexta-feira (8), em Brasília. Formada por representantes do governo e da sociedade civil, a comissão tem o objetivo de debater as iniciativas do plano.

Na pauta desta quinta-feira (7), a equipe da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) apresentará a portaria que orienta os projetos de crédito de base agroecológica, transição agroecológica e sistemas orgânicos de produção.

As subcomissões irão debater o Crédito para Agricultura Familiar de base Agroecológica e Orgânica e os desafios dos agricultores no processo de agroindustrialização. Também será apresentada a execução das chamadas de Assistência

Técnica e Extensão Rural (Ater) para agroecologia e da formação e inovação tecnológica.

Além disso, serão debatidos os editais de contratação de projetos do Programa de Fortalecimento e Ampliação das Redes de Agroecologia, Extrativismo e Produção Orgânica (Ecoforte), que visa fortalecer as redes de agroextrativismo e produção agroecológica e orgânica no país.

Esta é a 8ª Reunião Geral da Comissão, que ocorre a cada três meses. O próximo encontro será realizado em novembro de 2014.

MMA faz esforço concentrado para regularizar assentamentos no CAR. Lucas Tolentino – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 06/08/2014

Acre será o primeiro estado beneficiado. Bahia, Mato Grosso e Goiás serão os próximos

Os assentamentos da reforma agrária vão acelerar o processo de regularização ambiental para atender ao novo Código Florestal. A partir desta semana, começa o esforço concentrado para inscrição no sistema informatizado do Cadastro Ambiental Rural (CAR). A expectativa é atender o primeiro bloco de 758 assentamentos, que abrigam 310 mil famílias em uma área total de 7,3 milhões de hectares.

A medida é liderada pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). As inscrições serão realizadas em blocos. O Acre será o primeiro estado a receber a equipe de cadastramento dos assentamentos no sistema eletrônico criado pelo governo federal para viabilizar a implantação do CAR. Bahia, Mato Grosso e Goiás serão os próximos a passar pelo processo de inscrição.

RECUPERAÇÃO

Em todo o país, 285 mil propriedades rurais já foram cadastradas no Sistema Eletrônico do CAR (SiCAR). As inscrições são condições necessárias para que os imóveis façam parte do Programa de Regularização Ambiental (PRA), regulamentado em maio deste ano. Isso dará início ao processo de recuperação ambiental de áreas degradadas dentro dos terrenos, conforme prevê a Lei 12.651, de 2012, o chamado Código Florestal.

A inscrição no CAR é realizada por meio do SiCAR, que emite um recibo, seguindo a mesma lógica da declaração do Imposto de Renda. Depois de realizado o cadastro, os proprietários ou os possuidores de imóveis rurais com passivo ambiental relativo às Áreas de Preservação Permanente (APPs), de Reserva Legal (RL) e de Uso Restrito (UR) poderão aderir aos PRAs da unidade da federação em que estão localizados.

LISTA

Veja o número de inscrições realizadas até agora, separadas por região:

- Centro-Oeste: 76.550
- Nordeste: 10.679

- Norte: 157.970
- Sudeste: 32.430
- Sul: 7.954
- Total: 285.583

SAIBA MAIS

Veja o que é:

Área de Preservação Permanente (APP): Área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas.

Reserva Legal (RL): É uma área localizada no interior de uma propriedade rural, que não seja a APP, necessária ao uso sustentável dos recursos naturais, à conservação e reabilitação dos processos ecológicos, à conservação da biodiversidade e ao abrigo e proteção de fauna e flora nativas.

Uso Restrito (UR): Áreas de inclinação entre 25° e 45°.

Incrá fará Cadastro Ambiental Rural territórios quilombolas – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 07/08/2014

É de responsabilidade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá) a inclusão de territórios de povos e comunidades tradicionais no Cadastro Ambiental Rural (CAR). Para isso, um Grupo de Trabalho foi instituído a fim de analisar, discutir e padronizar o processo de inscrição, dos territórios quilombolas titulados em todo o País.

Segundo o diretor de Ordenamento da Estrutura Fundiária do Incra, Richard Torsiano, o Código Florestal trouxe ao debate ambiental os territórios quilombolas. “O trabalho agora é estruturar a metodologia e o padrão da inserção das comunidades quilombolas no CAR”, explica.

A expectativa é de que essa metodologia esteja concluída até o final de setembro. A partir disso, as superintendências do Incra nos estados poderão iniciar a inclusão das comunidades quilombolas no CAR. Torsiano salienta que a inscrição das áreas quilombolas será feita por um processo simplificado, levando em consideração o território.

O Brasil tem 154 territórios quilombolas, que foram titulados entre 1995 e 2014. Eles ocupam uma área de 982 mil hectares, onde vivem 13.138 famílias.

Iniciativa pioneira

O Grupo de Trabalho que irá discutir o CAR nos territórios quilombolas é resultado de uma definição da Mesa Nacional de Regularização Fundiária Quilombola, que se reúne desde agosto de 2013 e foi institucionalizada no último dia 24 de julho. A Mesa é um espaço de discussão do processo de regularização fundiária dos territórios quilombolas entre órgãos governamentais e a sociedade civil.

De acordo com o secretário Nacional de Articulação Social da Presidência da República, Paulo Maldos, a oficialização da Mesa foi uma iniciativa pioneira que garante a participação social nas decisões governamentais. “Espaços como esse nos ajudam a construir soluções efetivas para diversos problemas. Isso nos dá uma segurança de que as decisões estão sendo discutidas, e, assim, sendo, de fato, implementadas”, afirma.

CAR

O Cadastro Ambiental Rural foi uma das inovações do Código Florestal instituído em 2012. O objetivo é identificar e integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais, visando o planejamento de ações, monitoramento, combate ao desmatamento e regularização ambiental.

“O cadastro é a porta de entrada do novo processo de regularização ambiental dos imóveis rurais do País”, assinala o coordenador-geral de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Incra, Carlos Eduardo Sturm.

De acordo com o coordenador, as áreas de assentamentos e de povos e comunidades tradicionais são cadastradas em regime especial e simplificado. “Simplificado porque trabalhamos com perímetros e não unidades individuais, e, especial, porque garantimos os critérios da agricultura familiar como o tamanho da propriedade, sendo até quatro módulos fiscais”, afirma.

Por meio do sistema eletrônico do CAR, serão identificadas em todos os imóveis rurais do País, três áreas especificamente: as Áreas de Preservação Permanente, as Áreas de Reserva Legal e as Áreas de Uso Restrito. Permitindo, assim, o conhecimento efetivo do passivo ambiental (o que deve ser recuperado) e o ativo florestal.

No caso de passivo, o proprietário poderá aderir ao (PRA), um termo de compromisso assumindo a recuperação florestal ao longo do tempo. A inscrição no cadastro é obrigatória para todos os imóveis rurais, sejam eles públicos ou privados, além de áreas de povos e comunidades tradicionais que façam uso coletivo do território.

Reserva legal

Segundo o Código Florestal, todo imóvel rural deve manter um percentual mínimo de cobertura nativa, que pode variar de acordo com a região e o bioma. Se a propriedade estiver localizada na Amazônia Legal em área de floresta, por exemplo, a vegetação nativa mínima deverá ser de 80%.

Com informações da Ascom MDA

Projetos pretendem implantar práticas agroecológicas em assentamentos do RJ – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 07/08/2014

Acordo entre a Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária no Rio de Janeiro (Incra/RJ) e a Embrapa vai levar tecnologia e conhecimento a assentamentos da reforma agrária no estado. A parceria tem o objetivo de sensibilizar os assentados para a adoção de práticas sustentáveis, agroecológicas, por meio de cursos e reuniões.

Entre os projetos que a Embrapa pretende iniciar está um estudo de caso de dois assentamentos do estado ambientalmente diferenciados: o Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Osvaldo de Oliveira, localizado no município fluminense de Macaé, e o PDS Sebastião Lan II, que será criado em Silva Jardim.

Outra proposta será a realização de duas grandes reuniões com cerca de 1,5 mil assentados dos municípios de Campos dos Goytacazes e de Macaé – cidades-polos da região Norte do estado, onde há o maior número de assentamentos da reforma agrária.

Para implementar os projetos nos assentamentos, a Embrapa vai promover um curso de capacitação em Agroecologia para 20 servidores do Incra/RJ. Entre os temas abordados, destacam-se: a adubação verde, o controle biológico de pragas, o banco comunitário de sementes e a compostagem vegetal.

A parceria foi firmada em reunião realizada na sede da Embrapa Agrobiologia, localizada na cidade de Seropédica (RJ), na região metropolitana da capital fluminense. Ao final do encontro, a equipe do Incra participou de uma visita guiada ao Sistema Integrado de Produção Agroecológica (SIPA), conhecido como Fazendinha Agroecológica Km 47. Com uma área de 70 hectares, o espaço é modelo de produção agroecológica, integrando agricultura orgânica, sistemas agroflorestais e pecuária leiteira baseada no emprego da homeopatia veterinária.

Incra/RJ

Incra incluirá territórios quilombolas no Cadastro Ambiental Rural. Gabriella Bontempo – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 07/08/2014

É de responsabilidade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) a inclusão de territórios de povos e comunidades tradicionais no Cadastro Ambiental Rural (CAR). Para isso, um Grupo de Trabalho foi instituído a fim de analisar, discutir e padronizar o processo de inscrição, dos territórios quilombolas titulados em todo o País.

Segundo o diretor de Ordenamento da Estrutura Fundiária do Incra, Richard Torsiano, o Código Florestal trouxe ao debate ambiental os territórios quilombolas. “O trabalho agora é estruturar a metodologia e o padrão da inserção das comunidades quilombolas no CAR”, explica.

A expectativa é de que essa metodologia esteja concluída até o final de setembro. A partir disso, as superintendências do Incra nos estados poderão iniciar a inclusão das comunidades quilombolas no CAR. Torsiano salienta que a inscrição das áreas quilombolas será feita por um processo simplificado, levando em consideração o território.

O Brasil tem 154 territórios quilombolas, que foram titulados entre 1995 e 2014. Eles ocupam uma área de 982 mil hectares, onde vivem 13.138 famílias.

Iniciativa pioneira

O Grupo de Trabalho que irá discutir o CAR nos territórios quilombolas é resultado de uma definição da Mesa Nacional de Regularização Fundiária Quilombola, que se reúne

desde agosto de 2013 e foi institucionalizada no último dia 24 de julho. A Mesa é um espaço de discussão do processo de regularização fundiária dos territórios quilombolas entre órgãos governamentais e a sociedade civil.

De acordo com o secretário Nacional de Articulação Social da Presidência da República, Paulo Maldos, a oficialização da Mesa foi uma iniciativa pioneira que garante a participação social nas decisões governamentais. “Espaços como esse nos ajudam a construir soluções efetivas para diversos problemas. Isso nos dá uma segurança de que as decisões estão sendo discutidas, e, assim, sendo, de fato, implementadas”, afirma.

MDA promove capacitação para transição a produção agroecológica – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 08/08/2014

Mineiro nascido no município de Cássia, o agricultor familiar Rui Barbosa da Silva, de 65 anos, vive há mais de 20 anos em Goiás, trabalha no Assentamento Colônia 1, entre Monte Alto e Vendinha, a 15 quilômetros de Brazlândia – região do entorno de Brasília. Começou a trabalhar com sistema de produção agroecológica há 12 anos. “Em minha propriedade não entra um carço de química”, garante Rui, que mora e trabalha com a família: a mulher, Maria Terezinha, 66, e o filho Reginaldo, 36 anos.

“A produção agroecológica, além de trazer bem-estar pra sua família, pra quem consome seus produtos sem química e sem agrotóxico, melhora a qualidade do meio ambiente, porque não polui”, defende Barbosa. A família dele e mais 13 famílias do assentamento iniciaram o processo de transição para a agroecologia a partir de um projeto de um dos filhos de agricultores vizinhos, que fazia faculdade de Agronomia. Na ocasião, os agricultores trocaram experiência e orientações com técnicos de assistência técnica e extensão rural e com engenheiros agrônomos da Universidade de Brasília.

“Aprendemos a fazer compostagem (técnica para decomposição de materiais orgânicos), adubamos a terra, plantamos. Começamos para a sustentabilidade das famílias. De repente, começou a sobrar produção, então começamos a vender”, conta Rui. O excedente da produção, que inicialmente era de três caixas, hoje rende mais de 30 caixas diárias. Rui e o filho vendem, em pontos diferentes, alface, cheiro verde, rúcula, agrião, tomate, berinjela, beterraba, cenoura e abobrinha. A família também produz mandioca, milho e amendoim, em uma chácara de 16 hectares, com seis hectares de área plantada.

A meta do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) é que seja ampliado o número de agricultores familiares como Rui, que trabalha em um sistema agroecológico. “Todos os agricultores e agricultoras do País que quiserem migrar para sistemas agroecológicos terão um técnico capacitado para atendê-los”, diz o ministro Miguel Rossetto. Ele se refere a um processo que se consolida entre as políticas públicas e que leva Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) para os agricultores familiares em transição para o sistema agroecológico.

“A produção de base agroecológica para a agricultura familiar fortalece um sistema produtivo mais integrado com a natureza, com baixo impacto ambiental, sem uso de

agrotóxico e dos fertilizantes, ao mesmo tempo em que conserva a biodiversidade local”, explica o coordenador de Formação da Secretaria da Agricultura Familiar, Cássio Trovatto. “As práticas produtivas levam a uma manutenção da qualidade do solo, o que torna maior o equilíbrio do sistema de produção”, acrescenta. E completa: “Com a utilização de insumos alternativos (orgânicos e agroecológicos), há uma tendência de diminuição do custo da produção com o passar do tempo”.

“Temos três impactos muito importantes da produção agroecológica: o social, com o agricultor trabalhando com conhecimento, nos agroecossistemas percebidos nas unidades familiares de produção; o econômico, com a diminuição do custo, e o ambiental, conservando o meio ambiente – solo, matas e florestas”.

Produtores comercializam alimentos orgânicos no Lago Sul, em Brasília – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 08/08/2014

Os produtos orgânicos estão ganhando cada vez mais as mesas dos brasilienses. Além de encontrá-los nos supermercados, quem mora no Distrito Federal, agora, conta com uma feira específica para esse tipo de alimento. O espaço localizado na Região Administrativa do Lago Sul, a oito quilômetros do centro de Brasília (DF), foi idealizado pelo produtor Paulo José da Silva, 57 anos. Desde quando era menino, nunca viu outro tipo de produção a não ser a que preserva o meio ambiente. “Meu avô já produzia assim. Ao produzir, eu não judio do solo, não mato a vida orgânica que vive nele”, conta.

Na propriedade de dois hectares, no Núcleo Rural Euler Paranhos, próximo ao Paranoá, ele e a esposa chegam a produzir 300 toneladas de tomate ao ano – o principal produto do estabelecimento. “Temos uma demanda muito grande pelo produto orgânico e, às vezes, faltam alimentos no mercado para suprir a procura”, diz.

Como o produtor Paulo, mais de 14 agricultores familiares da região comercializam os orgânicos todos os sábados na QI 11. “Estamos trabalhando desde setembro do ano passado para abrir a feira, porque eu sei o quanto a nossa região precisa de um espaço como esse”, afirma.

Apoio governamental

O Plano Safra da Agricultura Familiar 2014/2015 traz medidas específicas para o setor. Ele prevê ações de incentivo a esse tipo de produção e uma linha de crédito com juros mais baixos do que a inflação.

O crédito é disponibilizado por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), para custear sistemas de produção agroecológica e orgânica no valor de até R\$ 150 mil.

Para ter acesso, o produtor precisa ter em mãos a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), que identifica o agricultor familiar.

Produção diferenciada

O alimento orgânico é aquele produzido sem qualquer tipo de intervenção química. “Para ser um produtor orgânico é necessário seguir uma produção diferenciada que não

usa nenhum insumo químico ou agrotóxico. Ele é livre disso e tudo é baseado em elementos naturais como rochas, fungos e plantas”, ressalta o extensionista da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal (Emater/DF), Rafael Ventorim.

No Distrito Federal, existem 99 produtores orgânicos certificados. A tendência, segundo o extensionista, é que a procura por esse tipo de alimento aumente a cada ano. “Temos um crescimento anual em torno de 20%. O DF é, proporcionalmente, um dos maiores consumidores desse alimento no Brasil”, explica.

Serviço

Feira orgânica do Lago Sul

Data: Todo sábado

Horário: 6h às 14h

Local: QI 11 - Praça Renato Russo, Lago Sul (DF)

Nosso modelo econômico está em guerra com a vida na Terra. Jon Queally – Site da Agência Carta Maior, Meio Ambiente. 11/08/2014

O novo livro da autora e ativista Naomi Klein vai explorar como nosso atual "modelo de economia está em guerra com a vida na Terra".

O título do livro não é difícil de ser entendido: Isso muda tudo: Capitalismo versus Meio ambiente. Esperado para setembro, o novo trabalho da jornalista, ativista e intelectual canadense Naomi Klein tem sido divulgado em um vídeo que expõe seus principais temas e argumentos centrais.

"Em dezembro de 2012, um grupo de cientistas foi até o palco da União Geofísica Americana para apresentar um artigo", diz a narradora do vídeo - a própria Klein – enquanto imagens mostram o crescimento urbano e a queimada de lavouras.

E a narração continua:

O artigo foi intitulado "A Terra está ferrada?". E sua resposta foi: "Sim. Bastante."

É para onde a estrada onde estamos está nos levando, mas isso tem menos a ver com carbono do que com o capitalismo. Nosso modelo de economia está em guerra com a vida na Terra. Não podemos mudar as leis da natureza, mas podemos mudar nossa economia falida. É por isso que as mudanças climáticas não significam apenas um desastre. É também nossa grande chance de exigir - e construir - um mundo melhor.

Mudar ou ser mudado. Mas não se enganem...isso muda tudo.

De acordo com a editora Simon & Schuster, Isso muda tudo é uma "brilhante explicação de como nossa crise climática nos desafia a abandonar o centro da ideologia do 'mercado livre' do nosso tempo, reestruturar a economia global e refazer nossos sistemas políticos".

Descrita como mais importante e visionário do que seu best-seller anterior, "Doutrina do Choque", a nova obra de Klein vai argumentar que a mudança climática não é apenas outro item a ser habilmente arquivado entre impostos e assistência médica. É um alerta que nos chama a ajustar nosso sistema econômico que já está nos extinguindo de diferentes formas. Klein argumenta meticulosamente que a redução maciça da emissão de efeito estufa é a nossa melhor chance de simultaneamente diminuir as desigualdades, repensar nossas democracias falidas e reconstruir nossas tristes economias locais. Ela expõe o desespero ideológico daqueles que negam a mudança climática, as ilusões messiânicas dos pretensos geengenheiros e o derrotismo trágico de muitas iniciativas verdes tradicionais.

Esses argumentos não serão novos para quem segue o trabalho de Klein - e os argumentos similares de muitos outros nos últimos anos - mas a expectativa é de que assim como na abordagem anterior sobre o capitalismo moderno em "Doutrina do Choque", ela vai apresentar sua análise mais completa da situação atual e sua visão do futuro. Em discurso para um dos maiores sindicatos do Canadá, Klein disse aos membros da UNIFOR que se foi o tempo em que os trabalhadores e os interesses industriais entregaram suas mentes ao que dita a ciência climática sobre o modelo econômico vigente do capitalismo global dominado pelas corporações. Ela também discutiu a ideia de que as mudanças climáticas não devem ser vistas como um desastre, mas como uma enorme oportunidade para reformar o paradigma político e a luta por justiça global. Ela declarou à plateia de trabalhadores:

A ideia que quero trazer a vocês é que a questão das mudanças climáticas - quando toda a sua economia e implicações são entendidas - é a mais poderosa agenda progressista que já existiu para a igualdade e a justiça social.

Mas primeiro nós temos que parar de fugir da crise climática, parar de deixar isso para os ambientalistas e nos confrontarmos com o problema. Temos de entender o fato de que a revolução industrial que levou prosperidade a nossa sociedade está agora desestabilizando o sistema natural do qual dependem nossas vidas.

"As mudanças climáticas", ela acrescentou, "não são um item para você adicionar à lista de coisas com as quais se preocupar. São um alarme para a civilização".

Dia Nacional da Agroecologia será comemorado em outubro – Site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). 11/08/2014

Data foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 5906/13 que institui o Dia Nacional da Agroecologia, data que será comemorada todos os anos no dia três de outubro. Pela proposta, na data estabelecida, deverão ser concedidas premiações, certificados de mérito e títulos honoríficos a parlamentares, autoridades, organizações e pessoas da sociedade civil que se destacarem de forma positiva no âmbito da agroecologia e da produção orgânica. O projeto foi aprovado em caráter conclusivo e será enviado ao Senado Federal, a menos que haja recurso para que seja analisado pelo Plenário da Câmara.

Organics Brasil fecha semestre com US\$ 52 milhões em negócios. Bettina Barros – Valor Econômico, Agronegócios. 12/08/2014

SÃO PAULO - O Projeto Organics Brasil, que realiza a promoção de produtos orgânicos do Brasil no exterior, encerrou o primeiro semestre deste ano com US\$ 52 milhões em negócios de exportação para os próximos 12 meses, envolvendo 44 empresas dos setores de alimentos, bebidas, cosméticos, ingredientes, têxtil, serviços e artesanato.

Segundo informou a entidade, os negócios foram fechados em cinco feiras internacionais – Biofach e Vivaness (Alemanha), a Expo West (Estados Unidos), SIAL (Canadá), NOPE (Reino Unido) e a Biofach América Latina (Brasil).

"Foi um semestre muito intenso e de bons negócios para os associados. Eventos como a Copa e o reaquecimento pós-crise nos grandes mercados consumidores no exterior ajudaram no desempenho das exportações", diz Ming Liu, coordenador executivo do Organics Brasil.

Para as ações de 2015/16, os mercados prioritários são Alemanha, França, Estados Unidos, Reino Unido, Coreia do Sul e Canadá. A meta do Projeto é dobrar o número de associados e chegar aos US\$ 150 milhões em exportações até 2016.

O Organics Brasil é uma ação conjunta da iniciativa privada com o IPD (Instituto de Promoção do Desenvolvimento) e a Apex-Brasil (Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos).

Brasil deve regularizar 5 milhões de propriedades – Site da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Meio Ambiente. 12/08/2014

"O Brasil possui mais de cinco milhões de propriedades rurais, considerando dois anos de prazo para realização do CAR - Cadastro Ambiental Rural, para atingirmos a meta de regularização nacional, teremos que cadastrar diariamente sete mil imóveis por dia, sendo este um dos maiores obstáculos do agronegócio", disse o assessor técnico da CNA, Nelson Ananias Filho, em evento sobre as inscrições no CAR, durante talk show, realizado na tarde desta segunda-feira, 11 de julho, na sede da FAMASUL- Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul.

Segundo Ananias, o preenchimento do CAR, plataforma que deverá conter os dados ambientais, de produção e extensão de cada propriedade rural, tem o prazo final agendado para 5 de maio de 2015, podendo ser prorrogado por mais um ano. "O Código Florestal equipara a preservação ambiental à necessidade de produção de alimentos", destacou o assessor técnico da CNA ao enfatizar que apesar do CAR não exigir intermediário, requer atenção e cuidados no preenchimento. "O produtor pode realizar o seu cadastro a qualquer momento, dentro do prazo. É válido lembrar que o sistema é offline, ou seja, não necessita da internet para preenchimento", ressaltou Ananias, alertando que o produtor que não estiver regularizado ambientalmente terá restrições de crédito a partir de 2017.

De acordo com o presidente da FAMASUL, Eduardo Riedel, a implementação do CAR representa o desenrolar de um processo de doze anos de discussão. “O Código Florestal se tornou uma legislação que coloca uma série de desafios para o produtor rural. Hoje contamos com os Sindicatos Rurais para evitar a insegurança jurídica, para passar informações ao produtor e impedir que ele fique na ilegalidade. O CAR é um raio-X da propriedade e servirá como facilitador de licenciamento e financiamento”, afirma o presidente da FAMASUL.

Representando o Governo Federal, o analista ambiental do Departamento de Gestão Estratégico do Ministério do Meio Ambiente, Ângelo Ramalho, afirmou que aumentar e gerenciar as informações do CAR é a preocupação do Poder Executivo. Para os quase 250 produtores rurais presentes no evento da FAMASUL, Ramalho ressaltou as vantagens do preenchimento do cadastro. “O produtor terá a comprovação da regularização ambiental, o planejamento do imóvel rural, a suspensão de sanções e o acesso a incentivos e programas de apoio, entre outros”.

Mato Grosso do Sul possui 83 mil imóveis rurais, sendo 50 mil de pequenos proprietários. O diretor de desenvolvimento da Imasul - Instituto de Meio Ambiente do MS, Roberto Machado Gonçalves afirmou que devido às particularidades geoambientais, o Governo Estadual elaborou o CAR-MS, integrado ao SICAR - Sistema de Cadastro Ambiental Rural Federal. “No CAR-MS, o produtor tem a opção de aderir ao Programa MS Mais Sustentável, instrumento de regularização ambiental para quem tem passivos ambientais em APPs - Áreas de Preservação Permanente, de reserva legal ou de áreas de uso restrito”, finalizou ao detalhar que passivo ambiental corresponde ao investimento que deve ser feito para que possa corrigir os impactos ambientais adversos gerados em decorrência de suas atividades.

Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul – FAMASUL

Equilíbrio entre produção de alimentos e conservação ambiental. Verônica Tozzi – Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). 18/08/2014

A CONTAG tem o Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PADRSS) que se relaciona com o Ano Internacional da Agricultura Familiar, Camponesa e Indígena (AIAF/CI-2014), sendo um dos eixos a relação harmônica e equilibrada entre as pessoas, a natureza e a produção de alimentos saudáveis, potencializado pelo sistema produtivo da agricultura familiar.

O agricultor familiar Jorge Mariane, de Garibaldi/RS, trabalha dessa forma. Ele foi o primeiro presidente da Coopeg (Cooperativa dos Produtores Ecologistas de Garibaldi). Além da cooperativa também foi criado um roteiro de turismo rural. “Conhecemos o mercado, mais produtores se associaram e a nossa lista de produtos aumentou, tanto industrializados como in natura. A minha principal produção é a uva, mas também produzo laranja, tangerina e hortaliças. Tenho uma pequena vinícola com produção de 35 mil litros/ano de vinho e em torno de 50 mil litros/ano de suco de uva. Tudo orgânico e certificado pelo MAPA.” Segundo o agricultor, para se trabalhar agroecologicamente, é preciso fazer um planejamento a longo prazo para conviver com as ervas daninhas de forma que elas não prejudiquem a qualidade e produtividade.

“Cada cultura tem o seu manejo de adubação verde e cada região tem a sua especificidade. A fruta tem um gosto diferente, você vê animais que antes não via e a terra dá respostas diferentes.”

A agricultora familiar Anilda Batista Pereira, de Remígio/PB, produz verduras, legumes orgânicos e o próprio biofertilizante. Quanto à preservação do solo, não faz queimadas, trabalha com a esterqueira, adubo natural, não derruba árvores e aproveita as folhas de caem. “Trabalho dessa forma desde 1998, quando entrei na área de assentamento. Sempre vi a importância de aliar a produção de alimentos com a preservação e conservação ambiental, pois não adianta você produzir produtos agroecológicos sem cuidar do ambiente.” Anilda tem em sua propriedade uma área nativa bem preservada.

Encontro debate agenda do desenvolvimento territorial no Paraná – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 19/08/2014

Discutir a atuação da Rede de Colegiados Territoriais do Paraná e encaminhar ações para os próximos anos são os objetivos do Encontro da Rede Estadual de Colegiados Territoriais. O evento, realizado em Curitiba, teve início nesta terça-feira (19) e segue até o dia 21 de agosto. Durante o encontro haverá discussões sobre a participação da juventude rural, mulheres, indígenas e comunidades tradicionais.

Nesta quarta-feira (20), a secretária de Desenvolvimento Territorial (SDT/MDA), Andrea Butto, abre a programação com palestra sobre a Trajetória da Política de Desenvolvimento Territorial e Perspectivas para o Futuro. “A efetivação dessas políticas é resultado dos debates territoriais e a iniciativa do MDA, de apoiar os Colegiados, incrementa as capacidades de gestão social.”

Programação

20 de agosto (quarta-feira):

8h - painel sobre a Política Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – avaliação da Política de Desenvolvimento Territorial no Brasil, discussão sobre o Marco Legal da Abordagem Territorial e sobre a Proposta de Construção do Sistema Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (SNDRSS).

14h - palestra do representante da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), Carlos Ferraro Biasi

15h - painel sobre a Participação Social no Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário.

21 de agosto (quinta-feira):

8h - palestra sobre Integração de Políticas para o Desenvolvimento Rural, seguida de trabalhos em grupos.

14h - leitura, debate e aprovação do Estatuto da Rede Estadual de Colegiados Territoriais seguido de deliberações e encaminhamentos das ações da Rede.

Serviço

Data: 19 a 21 de agosto (terça a quinta-feira)

Hora: 8 às 16 horas

Local: Hotel Centro Europeu, Rua João Negrão, nº 780, Centro, Curitiba (PR)

Acordo com BNDES vai priorizar baixa emissão de carbono na agricultura – Site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). 20/08/2014

Parceria será entre sete entidades e pretende incentivar sustentabilidade agrícola

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) firmou, nesta quarta-feira (20), acordo de cooperação técnica com entidades ligadas à agricultura e aos bancos para elaborar projetos técnicos passíveis de financiamento no âmbito do Programa para a Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa na Agricultura. O secretário de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo, Caio Rocha, esteve na cerimônia de assinatura representando o Ministro da Agricultura, Neri Geller.

O acordo foi firmado entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Ministério da Agricultura, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), o Instituto Febraban de Educação (Infi), a Federação Brasileira de Bancos (Febrabran) e a Associação Brasileira de Direito e Economia (ABDE).

Segundo Caio, o acordo será importante para ampliação e disseminação das tecnologias de campo que contribuem para a redução de gases de efeito estufa na agricultura. “Nosso objetivo é capacitar os Agentes Financeiros dos bancos para que entendam a linha de crédito que temos disponível e ainda os agrônomos das agências bancárias para conhecerem as tecnologias de redução de carbono. O BNDES será o responsável por esse treinamento. Com isso, pretendemos agilizar a avaliação dos projetos que dão entrada nos bancos no âmbito da agricultura sustentável”, afirmou.

Os recursos do programa de crédito do Mapa que incentiva a diminuição da emissão de carbono na agricultura são do BNDES, equalizados pelo Tesouro Nacional. São destinados à redução do desmatamento e das emissões de gases de efeito estufa oriundo das atividades agropecuárias, ao aumento da produção agropecuária em bases sustentáveis, à adequação das propriedades rurais à legislação ambiental, à ampliação da área de florestas cultivadas e ao estímulo da recuperação de áreas degradadas.

MMA capacita tutores para Agricultura Familiar. Tinna Oliveira – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 20/08/2014

Instituições participantes foram selecionadas por edital aberto em maio

O Ministério do Meio Ambiente (MMA) capacita nesta quarta-feira (20/08), em Brasília, equipes pedagógicas responsáveis por organizar os cursos do Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar (PEAAF). Representantes de 13 instituições selecionadas pelo Edital 01/2014, divulgado em maio, serão formados como tutores. Essas equipes firmarão acordo de cooperação técnica com o MMA e

desenvolverão o curso “Formação Agentes Populares de Educação Ambiental e Agricultura Familiar”.

Também serão capacitados os profissionais do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), da Embrapa e do próprio MMA, responsáveis pelo curso online de “Apoio à Implementação do Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar (PEAAF) nos Territórios”.

O objetivo da capacitação, que acontece até sexta-feira (22/08), é nivelar o entendimento dos participantes sobre o PEAAF, o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) do Ministério, o conteúdo das aulas e as estratégias pedagógicas, além de construir coletivamente as ações de organização dos cursos.

AGENTES POPULARES

O curso de agentes populares ocorrerá no formato semipresencial, com aulas presenciais e online, por meio da plataforma Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). As instituições parceiras foram as responsáveis por selecionar os participantes do curso, que tem como público-alvo a juventude rural, agricultores, agentes comunitários ou agentes públicos, a partir de 16 anos, com ensino fundamental completo.

As instituições parceiras também serão responsáveis por desenvolver as aulas presenciais e oferecer tutoria na plataforma online. Cada instituição deverá formar de uma a cinco turmas com 40 alunos cada. A meta é qualificar dois mil agentes populares, que possuem o papel de identificar e de promover a mobilização em torno dos problemas socioambientais existentes no meio rural.

Confira as instituições selecionadas:

1. Ação Ecológica Guaporé (Ecoporé) - RO
2. Associação de Hortigranjeiros e Agroindústrias de Machadinho - RS
3. Associação Maranhense Para o Desenvolvimento Cultural, Ambiental e Agroecológico - MA
4. Centro Comunitário Rural de Conceição (CCRC) - MG
5. Centro de Realizações Sociais e Ecológicas Vida Nordeste - PB
6. Fundamental Associação para o Desenvolvimento Sustentado - MG
7. Secretaria de Desenvolvimento Social e Agricultura Familiar do Estado do Maranhão - MA
8. Instituto Federal Goiano - GO
9. Prefeitura de Bauru - SP
10. Secretaria de Meio Ambiente – São José dos Campos - SP
11. Secretaria do Desenvolvimento Agrário do Ceará (DAS) - CE

12. Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) - CE

13. Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) – MG

Lenha ecológica ajuda a combater desertificação da caatinga. Marina de Lima Cardoso – O Estado de São Paulo, Sustentabilidade. 22/08/2014

Reportagem finalista do 2.º Prêmio Tetra Pak de Jornalismo Ambiental

Desde 2010, o projeto Caatinga Viva, coordenado pelo engenheiro agrônomo Auricélio Costa, trabalha para implementar uma nova fonte energética na região conhecida como Baixo Açu, no oeste do Rio Grande do Norte.

A preocupação inicial do projeto, patrocinado pela Petrobras Ambiental em parceria com cinco outras instituições públicas e privadas, vem de um dado do Departamento de Combate à Desertificação do Ministério do Meio Ambiente (MMA): cerca de 40% da matriz energética das indústrias do Nordeste vem da lenha, retirada através do desmatamento da caatinga. Índice que tem contribuído diretamente para a desertificação - ou seja, a perda da capacidade produtiva - desse único bioma exclusivo do Brasil.

"A iniciativa de produzir uma biofábrica de briquetes (lenha ecológica) surgiu a partir da observação de dois problemas da região: a grande extração de lenha utilizada pelas indústrias de cerâmica e tijolo e também pelo desperdício dos restos da poda urbana nas cidades", explica Auricélio.

Com previsão para começar a operar no segundo semestre deste ano, a biofábrica instalada no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Ipangaçu (IFRN), à 214 km da capital Natal, já está na fase dos testes finais e atenderá aos 10 municípios que formam a microrregião do Baixo Açu e que concentram em seu território 33 empresas de cerâmica, segundo o Diagnóstico da Indústria de Cerâmica Vermelha do RN, publicado em 2013.

Com uma equipe de nove pessoas, entre professores, técnicos e alunos, trabalhando dentro da fábrica e outra com mais de 100 pessoas atuando direta e indiretamente em campo, na coleta dos resíduos das podas de árvores, o projeto utiliza uma tecnologia chamada adensamento ligno-celulósico que utiliza o material coletado (folhas de mangueiras e cajueiros, palha de carnaúba, restos de cultura, entre outros) que seria incinerado no lixão e o transforma em blocos de matéria orgânica compactados que poderão ser utilizados como fonte de energia "não só nos fornos das cerâmicas, mas também nas pizzarias, padarias e restaurantes", aponta Auricélio.

Escassa e com a extração cada vez mais distante (entre 200km a 300km dos polos cerâmicos da região), a lenha já vem se tornando cara para os empresários. João Wallace da Silva, proprietário da Cerâmica Portal do Vale, já estuda a utilização dos briquetes da Caatinga Viva. "Apesar da lenha ainda ser a fonte mais barata, tenho muito interesse pela utilização dos briquetes no processo de queima da indústria, pois sua origem combate diretamente o desmatamento da caatinga e ainda reaproveita os resíduos que iriam para o lixo", relata o empresário.

Para Onildo Marini Filho, coordenador do Centro Nacional de Pesquisa no Cerrado e Caatinga (CECAT), do Instituto Chico Mendes (ICMBio), a substituição da lenha é extremamente importante para o bioma. "A caatinga perdeu grande parte da sua biomassa com o uso intensivo da lenha, principal combustível da região, e hoje está descaracterizada. Muito mais árida", conta ele.

Segundo o Relatório do Monitoramento do Desmatamento do Bioma Caatinga, 43% da área do bioma foi desmatada até 2009. Além disso, de acordo com Alvamar Costa, superintendente do IBAMA/RN, a região do Baixo Açu deverá ser uma das mais atingidas pela desertificação nos próximos anos. No entanto, após a abertura da biofábrica, Auricélio conta que a ideia será "disseminar a tecnologia na cadeia produtiva da região, fazendo dela uma referência para reverter o quadro atual de desmatamento".

Política para povos e comunidades é discutida em Curitiba – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 25/08/2014

Até quinta-feira (28), representantes do Governo Federal e lideranças da região Sul se reúnem, em Curitiba, para discutir a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT). Acesso aos recursos naturais, infraestrutura, inclusão social e produção sustentável são os temas principais da pauta.

O coordenador-geral de Políticas para Povos e Comunidades Tradicionais do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Edmilton Cerqueira, explica que o objetivo do encontro é “avaliar os avanços, os entraves e as perspectivas da política, instituída em 2007”.

Este é o penúltimo encontro regional programado para este ano. O próximo será em Vitória, entre os dias 15 e 18 de setembro. Os encontros regionais antecedem o nacional, que será realizado na capital federal, Brasília, de 24 a 27 de novembro.

Os encontros são organizados pela Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), da qual o MDA participa, e que é presidida pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e secretariada pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA). A comissão é a principal instância de participação e controle social dos povos e comunidades tradicionais e de coordenação da implantação da PNPCT.

CONTAG entregará à Dilma 13 diretrizes para avançar no desenvolvimento rural. Verônica Tozzi – Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). 27/08/2014

A diretoria da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) entregará um documento com 13 diretrizes para avançar no desenvolvimento rural sustentável e solidário à candidata à reeleição Dilma Rousseff. Essas diretrizes dialogam com os principais temas defendidos pela CONTAG, pelas Federações e Sindicatos filiados, como a Reforma Agrária; Fortalecimento da Agricultura Familiar e da Agroecologia; Meio Ambiente; Assalariamento Rural; Educação do Campo; Saúde; Previdência Rural; Mulheres Trabalhadoras Rurais; Juventude Rural; Terceira Idade;

Participação Social e Fortalecimento da Democracia; Desenvolvimento Territorial; e Fortalecimento das Estruturas do Estado.

O ato de entrega do documento será na sede da CONTAG, nesta quinta-feira (28), às 12 horas e será transmitido ao vivo no site da CONTAG (www.contag.org.br). Estão previstas a presença de cerca de 450 lideranças sindicais e do cooperativismo de todo o País e a do candidato à reeleição para o Governo do Distrito Federal Agnelo Queiroz (PT), entre outros convidados(as).

Nos seus 50 anos de lutas, a CONTAG consolidou-se como uma organização sindical capaz de propor, pressionar e negociar políticas públicas voltadas para desenvolvimento rural sustentável e solidário. Algumas das conquistas ao longo desse período, resultado das negociações do Grito da Terra Brasil e da Marcha das Margaridas, por exemplo, são o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o assentamento de milhares de famílias, entre outros, que contribuíram para a redução da pobreza e da desigualdade no meio rural.

Porém, mudanças ainda precisam ocorrer para que o campo brasileiro seja transformado num efetivo lugar do bem viver. Nesse sentido, a CONTAG, as Federações e Sindicatos estão na expectativa de que as propostas que serão entregues sejam incorporadas na plataforma da candidata.

A imprensa poderá cobrir todo o ato e, ao final do evento, haverá uma coletiva de imprensa com a candidata Dilma Rousseff. Solicitamos aos profissionais de comunicação que façam o credenciamento prévio, enviando o nome do veículo de comunicação e a relação da equipe com os contatos (email e telefone) para comunicacontag@gmail.com. No local, serão entregues as credenciais a partir de 10h40.

Conselho Agropecuário do Sul define ações relevantes para a agricultura sustentável – Site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). 27/08/2014

Os representantes dos Ministérios da Agricultura da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai reuniram-se em Assunção, no Paraguai, nos dias 21 e 22 de agosto, para a XXVIII reunião do Conselho Agropecuário do Sul (CAS). Os principais temas abordados foram agricultura sustentável e compras públicas na agricultura. Nas duas declarações da reunião, os membros do CAS se comprometeram a adotar medidas conjuntas planejadas, que permitam ações de adaptação aos efeitos causados pelas mudanças climáticas e para a conservação do solo.

No âmbito da agricultura sustentável, o grupo declarou que vai apoiar a pesquisa, a inovação e o uso de novas tecnologias que contribuam de modo sustentável para uma maior produção de alimentos. De acordo com o secretário-executivo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Gerardo Fontelles, que representou o Mapa na reunião do CAS, o encontro foi positivo, pois serviu de diálogo entre os países que fazem parte do Conselho. “O Brasil e o Paraguai têm experiência no assunto das

compras públicas orientadas para a agricultura familiar, por exemplo. Por isso foi possível uma troca de conhecimentos sobre o assunto”, explicou.

Os países do CAS também decidiram adotar intervenções conjuntas planejadas para adaptação aos efeitos causados pela mudança climática, para reduzir as emissões de efeito estufa, a qual traz resultados para a agricultura, para a população rural e para a segurança alimentar global.

Para melhorar o intercâmbio de informações entre os países do CAS, o grupo definiu que nos próximos encontros o tema da agricultura sustentável deve ser feito por meio de um enfoque multidisciplinar, que possa ser adaptável e flexível de acordo com as problemáticas específicas de cada país. Outro tema em destaque foi a necessidade de se fazer o intercâmbio de experiências no tema “uso e manejo dos solos para a agricultura”, com maior difusão de informação técnica, econômica e de experiências na região.

A segunda reunião deste ano do CAS contou também com a participação de grupos especializados em políticas como a Rede de Coordenação de Políticas Agropecuárias (REDPA), o Comitê Veterinário Permanente (CVP) e o Comitê de Sanidade Vegetal (COSAVE).

O CAS foi fundado em 2003 e tem como objetivo promover a articulação do sistema agropecuário desses países, debater e desenvolver ações e políticas públicas para o setor. As reuniões são realizadas duas vezes por ano. Atualmente o presidente do CAS é o ministro da Agricultura do Chile, Carlos Furche.

Ministra sinaliza mudança na visão global de sustentabilidade – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 28/08/2014

“Estamos num novo patamar da governança ambiental”, disse Izabella.

DA REDAÇÃO

A ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, disse, nesta quinta-feira (28/11) que está na hora de mudar o discurso e a cultura na área ambiental. “Não adianta brigar e perder, tem que saber ganhar”, defendeu ela durante o Fórum Meio Ambiente, promovido pelo jornal O Estado de S. Paulo, na capital paulista. Para ela, estado, sociedade e empresas precisam acompanhar as mudanças na forma com que o mundo aborda a questão ambiental. “Estamos num novo patamar da governança ambiental”, avaliou.

Para Izabella, é preciso levar em conta um universo de 9 bilhões de pessoas no mundo, o esgotamento dos recursos naturais, identificar as vulnerabilidades e os riscos e propor soluções no curto, médio e longo prazos. “O paradigma de sustentabilidade discutido em 1992 não é o mesmo debatido em 2012”, avaliou. “O clima, por exemplo, já não é mais uma questão discutida só pela área ambiental, é uma questão econômica.” Para ela, o diálogo entre os vários setores da sociedade não será fácil, mas precisa ser enfrentado. “Não temos que temer o enfrentamento, mas tem que ser um diálogo com uma visão de futuro”, disse.

MUDANÇAS

A ministra respondeu aos empresários que questionaram a forma como é feito o licenciamento ambiental, afirmando que o Ministério do Meio Ambiente está aberto a mudanças. “Defendo uma mudança no sistema, mas não dá para reformar o licenciamento pensando apenas no licenciamento”, analisou. Na avaliação dela, é preciso criar uma cultura de interlocução com o setor produtivo que depende também das empresas, elaborar as licenças com rigor, substituindo a politização por instrumentos técnicos. Izabella esclareceu que as licenças ambientais envolvem vários fatores e afirmou que pediu um levantamento ao setor, constatando que apenas 30% deles são ligados à ecologia e mais de 60% envolveriam questões sociais e econômicas.

Além da ministra, participaram do debate sobre a “Complexidade Regulatória e a Necessidade de Uma Agenda de Longo Prazo”, mediado pela apresentadora Paulina Chamorro, da Rádio Eldorado e Estadão, a representante do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável, Marina Grossi e da Confederação Nacional da Indústria, Shelley Carneiro.

Desafios e oportunidades da produção e consumo são tema de debate. Rafaela Ribeiro e Tinna Oliveira – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 28/08/2014

Evento reúne setor público, indústria, academia e sociedade civil no diálogo sobre desenvolvimento sustentável

O seminário Produção e Consumo Sustentáveis, realizado nesta quinta-feira (28/08), em Brasília, abordou os desafios e as oportunidades do país em desenvolver ações que promovam a responsabilidade socioambiental focada no consumo consciente e na produção sustentável. Representantes do setor público, da indústria, da academia e da sociedade civil debateram os eixos prioritários que compõem o Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentável (PPCS), do Ministério do Meio Ambiente (MMA).

“Estamos tentando equacionar a combinação entre crescimento, distribuição de renda e inclusão social pelo mercado e no trabalho”, afirmou o diretor do Departamento de Produção e Consumo Sustentável do MMA, Ariel Pares. Ele propôs reflexão sobre a necessidade de engajamento do setor produtivo na mudança do padrão de produção para se atingir um padrão de qualidade de vida e bem-estar desejável.

Para o diretor de Responsabilidade Socioambiental da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee), André Luis Saraiva, a mudança tem que acontecer de forma significativa e escalonada. Na sua avaliação, o consumo sustentável vai mudar o comportamento das pessoas de forma significativa. Além disso, as empresas melhor posicionadas no mercado serão as que, de forma clara e tácita, exponham sua relação com a sustentabilidade. Por outro lado, destaca que o governo é o melhor cliente do setor empresarial. “No setor eletroeletrônico, o governo é responsável por 42% da compras”, afirmou.

Neste sentido, a coordenadora do programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), Ana Carla de Almeida, destacou que a iniciativa A3P leva a informação

da sustentabilidade aos diversos cantos do país e mostra como é possível implantar ações sustentáveis no cotidiano da instituição. O programa trabalha também a formação e capacitação dos gestores para que essa prática se torne uma realidade local.

RESÍDUOS SÓLIDOS

O primeiro painel da tarde abordou outros dois eixos do PPCS: aumento da reciclagem de resíduos sólidos e construção sustentável. O gerente de Projeto da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do MMA, Eduardo Rocha, citou a informação de que, atualmente, 299 municípios produzem 70% dos resíduos no país. Outro dado relevante: 62% dos municípios possuem algum tipo de iniciativa de coleta seletiva. Para ele, o movimento da coleta seletiva já existe, mas precisa ainda ser mais bem estruturado. Explicou que o MMA vem trabalhando com os acordos setoriais da logística reversa. "Eles vão representar um salto na gestão dos resíduos, a partir do momento que eles estabelecem a responsabilidade compartilhada", acrescentou.

Para a professora da Universidade de Brasília (UnB), Raquel Blumenschein, é importante ter uma visão sistêmica da gestão de resíduos. Ela discorreu sobre a construção civil, apontando que os rejeitos de canteiros de obras representam em torno de 50% dos resíduos urbanos. Na maioria das cidades, 60% desses resíduos vão parar em áreas clandestinas ou no meio ambiente. "Com a segregação correta dos resíduos, é possível encaminhar para a reciclagem 90% dos resíduos", disse.

O último painel abordou a Política de Responsabilidade Socioambiental do Sistema Financeiro e Seguros, dois setores que já possuem protocolos assinados com o MMA. Para o analista Rodrigo Pinto, do Departamento de Regulação do Sistema Financeiro do Banco Central, a política de responsabilidade socioambiental nas instituições financeiras visa disseminar cultura, estabelecer responsabilidades, mexer em governanças e promover mecanismos concretos de atuação e de avaliação.

O seminário foi uma realização do Instituto Cidade Sustentável (ICS), em parceria com o MMA, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a Federação das Indústrias de Brasília (Fibra). O presidente do ICS, Paulo Sérgio da Silva, lembra que os próximos seminários acontecem em Salvador, São Paulo, Belo Horizonte e Manaus.

‘É preciso migrar para a economia baseada na biomassa’. Glaucia Souza – O Estado de São Paulo, Sustentabilidade. 29/08/2014

América Latina tem grande potencial para a expansão sustentável da produção de bioenergia para consumo interno e para o mundo

Hoje em dia, tudo que usamos vem da energia fóssil (petróleo, gás natural e carvão): combustível para transporte, para aquecer ou resfriar as casas, para gerar força na indústria, para cultivar, colher, produzir, preservar e transportar os alimentos, para gerar eletricidade. O problema é que os gases emitidos com a queima dessas fontes fósseis de energia se acumulam na atmosfera, e são responsáveis pelas mudanças climáticas no mundo. Isso está afetando a agricultura, o acesso à água, os ecossistemas aquáticos e terrestres, a biodiversidade.

Além de diminuir a emissão de CO₂, será preciso retirá-lo da atmosfera, o que vai exigir tecnologia de sequestro de carbono, que ainda não temos. As plantas fazem isso naturalmente. No caso da cana-de-açúcar, mais especificamente, ainda existe a vantagem de produzir etanol, energia limpa para mover veículos. No futuro tudo virá da fazenda, isso quer dizer que precisamos saber preservar e cuidar bem da terra, dos recursos hídricos e dos solos: a partir da biomassa vamos precisar fazer também as tintas, solventes, vernizes, colas, fibras, plásticos, tecidos. Tudo isso sem emitir mais carbono e preservando o ambiente.

O mundo precisa fazer essa transição para a economia baseada na biomassa. Os experts das mudanças climáticas calculam que já deveríamos estar reduzindo as emissões em ritmo acelerado e que talvez não seja possível evitar que a temperatura da Terra aumente menos que 2 graus, considerados a margem de segurança pretendida.

Vamos emitir agora mais do que podemos, imaginando que no futuro tecnologias de captura e sequestro de carbono estejam disponíveis para diminuir a concentração de carbono e possivelmente estabilizarmos o clima. Os pesquisadores também contam com a produção de biomassa para prover parte desta capacidade de retirada de carbono do ar.

O Brasil ocupa uma posição de destaque entre as nações que poderão contribuir neste processo, apresentando terras, clima, expertise e tecnologias para uma agricultura de escala. Já passou pela curva de aprendizado para a produção de etanol de cana e biodiesel e tem pastos que podem ser recuperados ou ter seu uso intensificado liberando ainda mais terras para a produção de biomassa.

América Latina e África têm grande potencial para a expansão sustentável da produção de bioenergia para o mundo e para consumo interno. E ainda podem se beneficiar vendendo créditos de carbono. A bioeletricidade e o biogás (gás metano produzido por digestão anaeróbia de resíduos orgânicos) podem ainda trazer desenvolvimento rural nestas regiões, novos empregos e contribuir com a segurança alimentar de países em desenvolvimento.

Mas o que é a biomassa? A biomassa é o carbono da atmosfera capturado pelas plantas durante o crescimento pelo processo da fotossíntese, que produz ligações entre carbonos estocados na forma de açúcares, como o amido e a sacarose, e a lignocelulose. As plantas usam a energia solar para fazer a ligação entre os carbonos.

A bioenergia é gerada durante a combustão, quando há a quebra das ligações de carbono. A maioria da bioenergia atualmente vem da queima de madeira, forma ineficiente de produção, chamada de bioenergia tradicional. Mais da metade da madeira usada no mundo é queimada para cozinhar ou aquecer casas – estima-se 2,8 bilhões de pessoas sem outra alternativa para cozinhar. No Brasil, o gás de cozinha está disponível em todo território nacional, mas nem todo país tem essa política. A bioenergia moderna usa formas mais eficientes de transformação de biomassa fazendo combustíveis líquidos a partir dela, como o etanol de milho e de cana, e o biodiesel de soja e dendê. Há biocombustíveis mais avançados, a base de lignocelulose, que já começam a ser comercializados, que produzem etanol com eficiência muito maior e que podem usar como matéria prima a madeira, resíduos agrícolas e até lixo urbano, aumentando em

muito as opções para utilização da biomassa. Internacionalmente, trabalha-se com a previsão de que a biomassa ocupe até 60% da energia renovável. A energia de fonte renovável vai chegar a ser responsável por até 20% da energia primária usada no mundo.

PROFESSORA DE BIOQUÍMICA DO INSTITUTO DE QUÍMICA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO E COORDENADORA DO PROGRAMA FAPESP DE BIOENERGIA (BIOEN)

Plantio de árvores em clareiras promove regeneração de florestas em áreas de reserva legal. Lucas Mazzei – Site da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Meio Ambiente. 29/08/2014

Pesquisadores do projeto Biomas - Amazônia, envolvidos com a restauração de florestas em áreas de Reserva Legal, estiveram, no período de 18 a 22 de agosto de 2014, avaliando pela segunda vez o sistema de restauração florestal aplicado na Fazenda Cristalina, São Domingos do Araguaia, PA. O sistema silvicultural em teste se baseia em forte intervenção orientada no plantio de espécies comerciais e de crescimento rápido em clareiras artificiais. Neste experimento, estão sendo avaliadas as espécies Paricá (*Schizolobiumparahyba* var. *amazonicum*, Fabaceae) e mogno (*Swieteniamacrophylla*, Meliaceae) em duas florestas com diferentes níveis de degradação. Foram plantados 1716 indivíduos de ambas as espécies em três níveis de adubação em 30 clareiras de 21 metros de diâmetro cada.

Embora o plantio em clareiras criadas artificialmente seja sistema conhecido de restauração florestal, no Projeto Biomas – Amazônia, o mesmo sistema foi adaptado para o teste de novo protocolo silvicultural. O estudo testa a hipótese de que o restabelecimento do dossel da floresta a partir da densificação assistida, com espécies de rápido crescimento, cria as condições ambientais necessárias para o aumento da riqueza florística e da dinâmica via a regeneração natural das espécies nativas locais.

Seis meses após o plantio, é possível verificar indivíduos de mogno e paricá atingindo alturas de um e dois metros, respectivamente; e a regeneração de indivíduos de espécies comerciais como o ipê, cumaru, castanha-sapucaia, paraparâ e mamorana. Espera-se com este experimento criar um sistema de recuperação simples e ao mesmo tempo economicamente atrativo, contrapondo aos demais sistemas baseados no plantio em quincênio de espécies de diferentes grupos ecológicos que tem se mostrado caro e pouco eficiente.

Tais ações pertencem ao subprojeto AM15 intitulado “Sistemas silviculturais de restauração de RL em florestas amazônicas para a sua valorização ecológica e econômica – Restauração, Recuperação e Restabelecimento – 3R”, liderado pelo pesquisador Dr. Lucas Mazzei, cuja equipe é formada pelos pesquisadores José do Carmo Alves Lopes, Gustavo Schwartz, Ademir Roberto Ruschel, Arystides Resende Silva e Orlando Watrin e pelo analista Márcio Hoffman, todos da Embrapa Amazônia Oriental em Belém, Pará.

SOBRE O PROJETO BIOMAS

O projeto Biomas, fruto de uma parceria entre a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), é uma iniciativa inédita no Brasil e tem como objetivo identificar formas sustentáveis para viabilizar a propriedade rural brasileira considerando o componente arbóreo em seus sistemas propostos. Os estudos estão sendo desenvolvidos nos seis biomas brasileiros. O Projeto Biomas tem o apoio do SEBRAE, Monsanto e John Deere.

Informações técnicas para subsidiar aprimoramento do Código Florestal – Site da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). 29/08/2014

O Código Florestal, aprovado em maio de 2012, considera que, na regra geral, os produtores rurais devem preservar de 30 a 500 metros de Vegetação Nativa nas margens dos Rios (dependendo da largura do rio) e 50 metros em volta das nascentes. “É importante ressaltar que temos, dentro de cada bioma, condições diferenciadas de solo, declive, formas de uso e tipos de cobertura vegetal original”, afirmou Renato Antônio Dedecek, líder de um dos projetos de pesquisa do Projeto Biomas: “Pesquisa em parcelas de erosão em APP – Área de Preservação Permanente”.

Nesta semana, uma equipe de pesquisadores está no Cerrado, colhendo informações sobre a perda de sedimentos e água em parcelas de erosão em ambientes de nascentes. O mesmo experimento foi executado na Mata Atlântica no início de agosto.

“A idéia de preservar a mata ciliar é impedir que os sedimentos de solo cheguem nos rios e nascentes. Percebemos que há grande risco de assoreamento dependendo do declive e do solo”, conta Viviane Helena Palma, engenheira florestal e uma das pesquisadoras do Projeto Biomas.

O Experimento

Estão sendo avaliados 4 experimentos para a pesquisa sobre “Parcelas de erosão em APP”, sendo dois deles em área com vegetação nativa e outros dois em fazendas, ou seja, com intervenção humana.

Nesta semana, no Cerrado, dois experimentos foram feitos na área de referência do Projeto Biomas, que é uma reserva ambiental nativa pertencente ao Exército Brasileiro chamada Campo de Instrução de Formosa, próxima ao município de Formosa/GO.

A avaliação da mesma pesquisa foi feita na área experimental, na Fazenda Entre Rios, no entorno de Brasília/DF.

O que diferencia os experimentos são os níveis de declividade do solo, tipo de solo e forma de uso. Conforme demonstra o esquema abaixo:

Os experimentos no Cerrado serão concluídos no domingo, 31 de agosto. “O objetivo é determinar e caracterizar o carreamento dos sedimentos ao redor dos rios ou nascentes. Também avaliamos a quantidade de água perdida por escoamento superficial”, explica Gustavo Curcio, Coordenador Nacional do Projeto Biomas pela Embrapa.

Para analisar os sedimentos, o pesquisador Renato Dedecek colhe 500 ml de água decorrente do experimento a cada 2 minutos, durante uma hora. Os sedimentos são separados em potes e levados ao laboratório, para posteriores análises laboratoriais.

O Experimento na Mata Atlântica

Os mesmos experimentos foram implantados na Mata Atlântica, no início de agosto. A equipe do Projeto Biomas analisou as mesmas condições de solo na área experimental em condições iguais de simulação de chuva, ou seja, 120 milímetros por hora.

O mesmo experimento será realizado no bioma Pampa, no início de 2015. “Esperamos, com essa pesquisa, subsidiar uma discussão técnica e demonstrar alguns fatores que podem ser considerados para o desenvolvimento da legislação ambiental, no que tange às métricas de proteção de rios e nascentes”, diz Gustavo Curcio.

SOBRE O PROJETO BIOMAS

O projeto Biomas, fruto de uma parceria entre a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), é uma iniciativa inédita no Brasil e tem como objetivo identificar formas sustentáveis para viabilizar a propriedade rural brasileira considerando o componente arbóreo em seus sistemas propostos. Os estudos estão sendo desenvolvidos nos seis biomas brasileiros. O Projeto Biomas tem o apoio do SEBRAE, Monsanto, John Deere e Vale Fertilizantes.

Pacto Xingu forma 24 alunos para combater desmatamento. Letícia Verdi e Marta Moraes – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 29/08/2014

Um curso sobre agroecologia proporcionou a técnicos e agricultores de São Felix do Xingu (PA) a qualificação necessária para atuar de acordo com as diretrizes da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) e os princípios do Plano de Prevenção e Controle ao Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm). Neste sábado (30/08), os 24 alunos do curso recebem o certificado de conclusão, após seis meses de aulas e oito módulos temáticos.

O curso foi uma iniciativa do Projeto Pacto Xingu, ministrado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará e pelo Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB). A iniciativa é um dos resultados do projeto, que também conseguiu fazer o Cadastro Ambiental Rural (CAR) de 86% das propriedades rurais do município, além de um pacto municipal pelo controle do desmatamento. O projeto se encerra em outubro deste ano, ocasião em que será apresentado relatório final com os resultados.

A coordenadora nacional do Pacto Xingu, Nazaré Soares, do Departamento de Zoneamento Territorial do Ministério do Meio Ambiente (MMA), destacou a importância da diversificação das atividades produtivas no município, que enfrenta taxas de desmatamento de 220 km² ao ano e uma atividade pecuária muito forte, com o maior rebanho bovino do país (2,4 milhões de cabeças de gado). "Com o curso, mostramos outras atividades que podem ser complementares à pecuária, além da adoção de formas de produção que buscam a sustentabilidade", destacou.

EFEITO ESTUFA

O projeto Pacto Municipal para a Redução do Desmatamento em São Félix do Xingu é uma iniciativa do governo brasileiro, coordenada pelo Ministério do Meio Ambiente em parceria com a Comissão Européia (CE) e a Organização das Nações Unidas para a

Agricultura e a Alimentação (FAO), com o engajamento de instituições federais, municipais e estaduais, representações do setor produtivo, setor privado e organizações da sociedade civil, com atuação no município.

Além de contribuir para a redução do desmatamento na Amazônia e das emissões brasileiras de gases do efeito estufa, o projeto tem o objetivo de realizar o Cadastro Ambiental Rural (CAR) de todos os imóveis do município, colaborar para o plano municipal de recuperação de áreas degradadas e identificar atividades econômicas sustentáveis, com a implantação de um viveiro visando a distribuição de mudas entre os agricultores. A intenção é tirar São Félix do Xingu da lista dos que mais desmatam na região, introduzindo padrões sustentáveis de produção e de melhoria na qualidade de vida das populações locais.

Alertas de desmatamento tiveram aumento de 9% até agosto – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 29/08/2014

A área dos alertas de desmatamento na Amazônia Legal aumentou 9% entre julho de 2013 a agosto de 2014. Os dados são do Deter, sistema do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), que registra, em tempo real, as áreas possivelmente desmatadas ou degradadas no bioma e serve para orientar as ações de fiscalização. O Pará é o estado com a maior área de alertas. A região do município de Novo Progresso, às margens BR-163, responde por 20% das detecções em toda a Amazônia Legal e 63% no estado. Rondônia e Amazonas também registraram aumento nos alertas. No Mato Grosso, houve queda de 17%.

O município foi alvo da maior operação de repressão ao desmatamento de 2014. “A resposta do governo veio com mão de ferro: desbaratamos a maior organização criminosa que explorava o desmatamento no sul do Pará”, afirmou nesta sexta-feira (29/08) o diretor do Departamento de Proteção Ambiental do Ibama, Luciano Evaristo.

QUADRILHA

A expectativa é que em setembro os alertas caiam, avalia Evaristo. “Eles (os desmatadores) agora não terão acesso ao dinheiro que financia o desmatamento”, acrescentou Evaristo. “Quem estiver derrubando a floresta vai interromper o corte porque não terá como receber pelo trabalho ilegal.”

Polícia Federal, Ibama, Ministério Público e Receita realizaram na última quinta-feira (28/09) a Operação Castanheira, no município de Novo Progresso, no Pará, desarticulando uma quadrilha que desmatava em assentamentos, terras indígenas e em duas florestas nacionais para lotear e vender terras públicas. Oito integrantes da organização criminosa foram detidos em três estados, bens e contas bancárias bloqueadas e seis ainda estão foragidos. Evaristo explicou que já foram realizadas outras ações contra os desmatadores, mas eles se reorganizavam e voltavam a desmatar.

Segundo a Polícia Federal, os prejuízos para a União chegam a R\$500 milhões. Os presos vão responder por sonegação fiscal, lavagem de dinheiro, invasão de terras públicas e falsificação e podem pegar até 50 anos de prisão. O trabalho de investigação que desmontou a espinha dorsal da organização criminosa começou em março e teve

seu desfecho esta semana, mas o Ibama manterá a fiscalização rigorosa em Novo Progresso.

O Deter detecta áreas maiores que 25 hectares, mas sem diferenciar áreas onde a supressão da vegetação é autorizada pelo governo ou ilegal. O sistema não se destina a medir as taxas de desmatamento, o que é feito pelo Prodes anualmente.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Catia Grisa, Claudia Job Schmitt, Fábio Luiz Búrigo,
Georges Flexor, Jorge Romano, Karina Kato,
Lauro Mattei, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado,
Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Silvia Zimmermann

Assistentes de Pesquisa

José Renato S. Porto, Valdemar João Wesz Junior

Secretária
Diva de Faria

op
pa **Observatório de Políticas
Públicas para a Agricultura**

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br
Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa